

**EFEITOS DA MUDANÇA DO CRITÉRIO  
ORIGEM / DESTINO NA PROPOSTA  
DE REFORMA TRIBUTÁRIA**

*François E. J. de Bremaeker*

Maricá, abril de 2023

**EFEITOS DA MUDANÇA DO CRITÉRIO  
ORIGEM / DESTINO NA PROPOSTA  
DE REFORMA TRIBUTÁRIA**

**François E. J. de Bremaeker**

Economista e Geógrafo

Gestor do Observatório de Informações Municipais

Membro do Núcleo de Estudos Urbanos da Associação Comercial de São Paulo

Presidente do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ) de 2012 a 2019

(bremaeker@gmail.com)

O objetivo é verificar o desempenho da arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), proposto em Emenda à Constituição para a reforma tributária, frente à distribuição de renda da população, a partir dos dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua para 2021, cujos microdados foram analisados no estudo sobre a “renda efetiva 2021”, pelo Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV Social).

A avaliação será efetuada considerando o critério de mudança da incidência do novo imposto, que deixaria de ser tributado na origem e passaria a sê-lo no destino, ou seja, no local do efetivo consumo de bens e serviços.

Para tanto, pressupõe-se que a capacidade de consumo da população seja um forte indicador a influenciar na arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços.

Os dados levantados pelo Centro de Políticas Sociais (FGV Social) abrangem os anos de 2012 a 2021, ano a ano. Neste estudo será analisada a evolução neste período de 10 anos, considerando apenas os dados inicial e final da série, ou seja, os anos de 2012 e de 2021.

Foi utilizado como parâmetro para determinar o grau de pobreza das famílias o fato de possuírem renda domiciliar per capita inferior a R\$ 497. Para fins do presente estudo, o percentual de famílias foi utilizado para dimensionar o quantitativo populacional de cada Município integrante das 146 áreas definidas pela PNAD, sendo que destas, 27 correspondem aos Municípios das capitais.

### A situação no país e nas regiões

A população brasileira cresceu 9,97% no período 2012/2021, passando de 193.976.530 habitantes para 213.317.639 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 18,86%, praticamente o dobro do crescimento da população brasileira, passando de 53.216.690 habitantes em 2012 para 63.253.371 habitantes em 2021. Este acréscimo de 10.036.681 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 27,43% em 2012 para 29,65% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 2,22 pontos percentuais no período.

O impacto destes números na reforma tributária tem a ver com a capacidade de consumo de bens e serviços, ou seja, apenas 70,35% da população está em condições de adquirir bens de maior valor aquisitivo, reforçando o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 213.317.639 habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 150.064.268 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios brasileiros recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 156.804.101.627 e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 100.247.498.662

A região Sudeste, a mais populosa, registrou um crescimento demográfico de 9,89% no período 2012/2021, passando de 81.565.983 habitantes para 89.632.912 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 36,50%, praticamente o quádruplo do crescimento relativo da população regional, passando de 13.789.477 habitantes em 2012 para 18.822.893 habitantes em 2021. Este acréscimo de 5.033.417 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 16,91% em 2012 para 21,00% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 4,09 pontos percentuais no período.

A região Sudeste concentra 42,02% da população do país e 47,19% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, reforçando o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 89.632.912 habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 70.810.019 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios da região Sudeste recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 78.101.817.096 (49,82% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 68.311.278.993 (68,15% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

A região Nordeste, a segunda mais populosa, registrou um crescimento demográfico de 6,98% no período 2012/2021, passando de 53.907.144 habitantes para 57.667.842 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 9,64%, acima do crescimento relativo da população regional, passando de 25.663.719 habitantes em 2012 para 28.137.887 habitantes em 2021. Este acréscimo de 2.474.168 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 47,61% em 2012 para 48,79% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 1,18 ponto percentual no período.

A região Nordeste concentra 27,03% da população do país e 19,68% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 57.667.842 habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 29.529.955 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios da região Nordeste recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 25.109.490.188 (16,01% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 10.670.035.635 (10,64% do total nacional).

A região Sul, a terceira mais populosa, registrou um crescimento demográfico de 9,63% no período 2012/2021, passando de 27.731.644 habitantes para 30.402.587 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 10,69%, ligeiramente acima do crescimento relativo da população regional, passando de 3.922.730 habitantes em 2012 para 4.342.210 habitantes em 2021. Este acréscimo de 419.480 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 14,15% em 2012 para 14,28% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 0,13 ponto percentual no período.

A região Sul concentra 14,25% da população do país e 17,37% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 30.402.587 habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 26.060.377 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios da região Sul recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 28.012.577.900 (17,86% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 11.137.454.513 (11,11% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

A região Norte, a quarta mais populosa, registrou um crescimento demográfico de 15,65% no período 2012/2021, passando de 16.347.807 habitantes para 18.906.962 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 18,89%, acima do crescimento relativo da população regional, passando de 7.173.403 habitantes em 2012 para 8.528.398 habitantes em 2021. Este acréscimo de 1.354.994 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 43,88% em 2012 para 45,11% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 1,23 ponto percentual no período.

A região Norte concentra 8,86% da população do país e 6,92% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 18.906.962 habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 10.378.564 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios da região Norte recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 10.252.831.868 (6,54% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 3.681.077.922 (3,67% do total nacional).

A região Centro-oeste, a menos populosa, registrou um crescimento demográfico de 15,83% no período 2012/2021, passando de 14.423.952 habitantes para 16.707.336 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 28,29%, quase o dobro do crescimento relativo da população regional, passando de 2.667.361 habitantes em 2012 para 3.421.983 habitantes em 2021. Este acréscimo de 754.622 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 18,49% em 2012 para 20,48% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 1,99 ponto percentual no período.

A região Centro-oeste concentra 7,83% da população do país e 8,85% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 16.707.336 habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 13.285.353 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios da região Centro-oeste recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 15.327.384.575 (9,77% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 6.447.651.599 (6,43% do total nacional).

## A situação pelas Unidades da Federação

### *Região Sudeste*

O Estado de Minas Gerais registrou um crescimento demográfico de 7,84% no período 2012/2021, passando de 19.855.332 habitantes para 21.411.923 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 22,45%, o triplo do crescimento relativo da população estadual, passando de 4.451.405 habitantes em 2012 para 5.451.104 habitantes em 2021. Este acréscimo de 999.699 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 22,42% em 2012 para 25,46% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 3,04 pontos percentuais no período.

O Estado de Minas Gerais concentra 10,04% da população do país e 10,64% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 21.411.923, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 15.960.819 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Minas Gerais recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 16.438.861.344 (10,48% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 6.074.519.449 (16,40% do total nacional).

O Estado do Espírito Santo registrou um crescimento demográfico de 14,82% no período 2012/2021, passando de 3.578.067 habitantes para 4.108.508 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 45,30%, o triplo do crescimento relativo da população estadual, passando de 771.114 habitantes em 2012 para 1.120.420 habitantes em 2021. Este acréscimo de 349.306 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 21,55% em 2012 para 27,27% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 5,72 pontos percentuais no período.

O Estado do Espírito Santo concentra 1,93% da população do país e 1,99% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 4.108.508, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.988.088 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Espírito Santo recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 3.818.698.937 (2,44% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.569.195.912 (1,57% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado do Rio de Janeiro registrou um crescimento demográfico de 7,59% no período 2012/2021, passando de 16.231.365 habitantes para 17.463.349 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 23,15%, o triplo do crescimento relativo da população estadual, passando de 3.209.043 habitantes em 2012 para 3.952.005 habitantes em 2021. Este acréscimo de 742.962 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 19,77% em 2012 para 22,63% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 2,86 pontos percentuais no período.

O Estado do Rio de Janeiro concentra 8,19% da população do país e 9,00% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 17.463.349, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 13.511.344 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Rio de Janeiro recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 11.332.613.199 (7,23% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 10.136.998.744 (10,11% do total nacional).

O Estado de São Paulo registrou um crescimento demográfico de 11,33% no período 2012/2021, passando de 41.901.219 habitantes para 46.649.132 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 54,49%, o triplo do crescimento relativo da população estadual, passando de 5.357.915 habitantes em 2012 para 8.299.364 habitantes em 2021. Este acréscimo de 2.941.449 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 12,79% em 2012 para 17,79% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 5,00 pontos percentuais no período.

O Estado de São Paulo concentra 21,87% da população do país e 25,56% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 46.649.132, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 38.349.768 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de São Paulo recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 46.511.643.616 (29,67% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 401.166.222.993 (40,07% do total nacional).

### ***Região Nordeste***

O Estado do Maranhão registrou um crescimento demográfico de 6,54% no período 2012/2021, passando de 6.714.314 habitantes para 7.153.262 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 11,30%, o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 3.736.439 habitantes em 2012 para 4.158.627 habitantes em 2021. Este acréscimo de 422.188 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 55,65% em 2012 para 58,14% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 2,49 pontos percentuais no período.

O Estado do Maranhão concentra 3,35% da população do país e 2,00% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 7.153.262, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.994.635 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Maranhão recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 2.210.084.004 (1,41% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.084.664.501 (1,08% do total nacional).

O Estado do Piauí registrou um crescimento demográfico de 4,37% no período 2012/2021, passando de 3.160.748 habitantes para 3.298.920 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 1,38%, um terço do crescimento relativo da população estadual, passando de 1.486.699 habitantes em 2012 para 1.507.224 habitantes em 2021. Este acréscimo de 20.525 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação diminuísse de 47,04% em 2012 para 45,81% em 2021, representando um decréscimo da ordem de 1,23 ponto percentual no período.

O Estado do Piauí concentra 1,54% da população do país e 1,19% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 3.298.920, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 1.782.696 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Piauí recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 1.331.200.561 (0,85% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 493.870.311 (0,49% do total nacional).



## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado do Ceará registrou um crescimento demográfico de 7,37% no período 2012/2021, passando de 8.606.005 habitantes para 9.240.580 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 0,01%, quase nada comparado ao crescimento relativo da população estadual, passando de 4.242.312 habitantes em 2012 para 4.242.748 habitantes em 2021. Este acréscimo de 435 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação diminuísse de 49,29% em 2012 para 45,91% em 2021, representando um decréscimo da ordem de 3,38 pontos percentuais no período.

O Estado do Ceará concentra 4,33% da população do país e 3,33% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 9.240.580, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 4.997.832 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Ceará recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 3.816.243.137 (2,43% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.726.612.661 (1,72% do total nacional).

O Estado do Rio Grande do Norte registrou um crescimento demográfico de 10,31% no período 2012/2021, passando de 3.228.198 habitantes para 3.560.903 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 15,89%, uma e meia vez do crescimento relativo da população estadual, passando de 1.317.178 habitantes em 2012 para 1.526.437 habitantes em 2021. Este acréscimo de 209.259 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 40,80% em 2012 para 42,87% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 2,07 pontos percentuais no período.

O Estado do Rio Grande do Norte concentra 1,67% da população do país e 1,36% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 3.560.903, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.034.466 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Rio Grande do Norte recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 1.595.788.783 (1,02% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 764.950.636 (0,76% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado da Paraíba registrou um crescimento demográfico de 6,41% no período 2012/2021, passando de 3.815.171 habitantes para 4.059.905 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 10,54%, pouco menos que o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 1.734.246 habitantes em 2012 para 1.917.116 habitantes em 2021. Este acréscimo de 182.870 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 45,46% em 2012 para 47,22% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 1,76 ponto percentual no período.

O Estado da Paraíba concentra 1,90% da população do país e 1,43% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 4.059.905, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.142.789 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado da Paraíba recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 1.742.473.957 (1,11% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 539.443.366 (0,54% do total nacional).

O Estado de Pernambuco registrou um crescimento demográfico de 8,33% no período 2012/2021, passando de 8.931.028 habitantes para 9.674.793 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 20,30%, mais que o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 4.048.972 habitantes em 2012 para 4.870.912 habitantes em 2021. Este acréscimo de 821.940 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 45,34% em 2012 para 50,35% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 5,01 pontos percentuais no período.

O Estado de Pernambuco concentra 4,54% da população do país e 3,20% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 9.674.793, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 4.803.881 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Pernambuco recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 5.035.623.348 (3,21% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.956.385.356 (1,95% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado de Alagoas registrou um crescimento demográfico de 6,31% no período 2012/2021, passando de 3.165.472 habitantes para 3.365.351 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 7,09%, pouco mais que o crescimento relativo da população estadual, passando de 1.585.660 habitantes em 2012 para 1.698.146 habitantes em 2021. Este acréscimo de 112.486 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 50,09% em 2012 para 50,46% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 0,37 ponto percentual no período.

O Estado de Alagoas concentra 1,58% da população do país e 1,11% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 3.365.351, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 1.667.205 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Alagoas recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 1.099.558.480 (0,70% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 481.151.224 (0,48% do total nacional).

O Estado de Sergipe registrou um crescimento demográfico de 10,78% no período 2012/2021, passando de 2.110.867 habitantes para 2.338.474 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 18,62%, quase o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 946.165 habitantes em 2012 para 1.122.322 habitantes em 2021. Este acréscimo de 176.156 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 44,82% em 2012 para 47,99% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 3,17 pontos percentuais no período.

O Estado de Sergipe concentra 1,10% da população do país e 0,81% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 2.338.474, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 1.216.152 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Sergipe recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 954.323.130 (0,61% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 467.192.295 (0,47% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado da Bahia registrou um crescimento demográfico de 5,71% no período 2012/2021, passando de 14.175.341 habitantes para 14.985.284 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 8,05%, uma vez e meia o crescimento relativo da população estadual, passando de 6.566.049 habitantes em 2012 para 7.094.355 habitantes em 2021. Este acréscimo de 528.307 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 46,32% em 2012 para 47,34% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 1,02 ponto percentual no período.

O Estado da Bahia concentra 7,02% da população do país e 5,26% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 14.985.284, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 7.890.929 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado da Bahia recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 7.324.194.788 (4,67% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 3.155.765.285 (3,15% do total nacional).

### ***Região Sul***

O Estado do Paraná registrou um crescimento demográfico de 9,64% no período 2012/2021, passando de 10.577.755 habitantes para 11.597.484 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 24,32%, duas vezes e meia o crescimento relativo da população estadual, passando de 1.636.892 habitantes em 2012 para 2.035.053 habitantes em 2021. Este acréscimo de 398.161 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 15,47% em 2012 para 17,55% em 2021, representando um acréscimo da ordem de 2,08 pontos percentuais no período.

O Estado do Paraná concentra 5,44% da população do país e 6,37% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 11.597.484, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 9.562.431 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Paraná recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 9.217.714.960 (5,88% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 4.545.968.266 (4,53% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado de Santa Catarina registrou um crescimento demográfico de 14,96% no período 2012/2021, passando de 6.383.286 habitantes para 7.338.473 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 13,29%, abaixo do crescimento relativo da população estadual, passando de 659.708 habitantes em 2012 para 747.355 habitantes em 2021. Este acréscimo de 87.647 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação diminuísse de 10,33% em 2012 para 10,18% em 2021, representando um decréscimo da ordem de 0,15 ponto percentual no período.

O Estado de Santa Catarina concentra 3,44% da população do país e 4,39% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 7.338.473, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 6.591.118 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Santa Catarina recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 7.115.955.862 (4,54% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 2.932.688.300 (2,93% do total nacional).

O Estado do Rio Grande do Sul registrou um crescimento demográfico de 7,06% no período 2012/2021, passando de 10.710.603 habitantes para 11.466.630 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 diminuiu 4,25%, passando de 1.626.130 habitantes em 2012 para 1.559.802 habitantes em 2021. Esta redução de 66.328 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação diminuísse de 15,10% em 2012 para 13,60% em 2021, representando um decréscimo da ordem de 1,50 ponto percentual no período.

O Estado do Rio Grande do Sul concentra 5,38% da população do país e 6,60% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 11.466.630, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 9.906.828 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 11.678.907.078 (7,44% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 3.658.907.078 (3,65% do total nacional).

### **Região Norte**

O Estado de Rondônia registrou um crescimento demográfico de 14,17% no período 2012/2021, passando de 1.590.011 habitantes para 1.815.278 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 12,38%, pouco menos que o crescimento relativo da população estadual, passando de 508.620 habitantes em 2012 para 571.578 habitantes em 2021. Este acréscimo de 62.958 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação diminuísse de 31,99% em 2012 para 31,49% em 2021, representando uma redução da ordem de 0,50 ponto percentual no período.

O Estado de Rondônia concentra 0,85% da população do país e 0,83% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 1.815.278, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 1.243.700 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Rondônia recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 1.256.337.455 (0,80% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 324.293.585 (0,32% do total nacional).

O Estado do Acre registrou um crescimento demográfico de 19,52% no período 2012/2021, passando de 758.786 habitantes para 906.876 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 14,11%, bem menos que o crescimento relativo da população estadual, passando de 362.725 habitantes em 2012 para 413.922 habitantes em 2021. Este acréscimo de 51.198 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação diminuísse de 47,80% em 2012 para 45,64% em 2021, representando uma redução da ordem de 2,16 pontos percentuais no período.

O Estado do Acre concentra 0,43% da população do país e 0,33% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 906.876, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 492.954 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Acre recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 367.181.692 (0,23% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 113.539.383 (0,11% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado do Amazonas registrou um crescimento demográfico de 18,91% no período 2012/2021, passando de 3.590.985 habitantes para 4.269.995 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 34,07%, quase o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 1.655.233 habitantes em 2012 para 2.219.132 habitantes em 2021. Este acréscimo de 563.899 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 46,09% em 2012 para 51,97% em 2021, representando um aumento da ordem de 5,88 pontos percentuais no período.

O Estado do Amazonas concentra 2,00% da população do país e 1,37% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 4.269.995, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.050.863 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Amazonas recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 3.209.422.949 (2,05% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.013.203.266 (1,01% do total nacional).

O Estado de Roraima registrou um crescimento demográfico de 39,02% no período 2012/2021, passando de 469.524 habitantes para 652.713 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 86,12%, mais que o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 164.890 habitantes em 2012 para 306.886 habitantes em 2021. Este acréscimo de 141.996 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 35,12% em 2012 para 47,02% em 2021, representando um aumento da ordem de 11,90 pontos percentuais no período.

O Estado de Roraima concentra 0,31% da população do país e 0,23% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 652.713, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 345.827 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Roraima recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 324.169.328 (0,21% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 113.644.942 (0,11% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado do Pará registrou um crescimento demográfico de 12,21% no período 2012/2021, passando de 7.822.205 habitantes para 8.777.124 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 12,45%, o mesmo crescimento relativo da população estadual, passando de 3.614.038 habitantes em 2012 para 4.064.048 habitantes em 2021. Este acréscimo de 450.010 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 46,20% em 2012 para 46,30% em 2021, representando um aumento da ordem de 0,10 ponto percentual no período.

O Estado do Pará concentra 4,11% da população do país e 3,14% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 8.777.124, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 4.713.076 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Pará recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 3.961.172.998 (2,53% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.693.797.259 (1,70% do total nacional).

O Estado do Amapá registrou um crescimento demográfico de 25,62% no período 2012/2021, passando de 698.602 habitantes para 877.613 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 35,80%, uma vez e meia o crescimento relativo da população estadual, passando de 303.968 habitantes em 2012 para 412.785 habitantes em 2021. Este acréscimo de 108.817 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 43,51% em 2012 para 47,03% em 2021, representando um aumento da ordem de 3,52 pontos percentuais no período.

O Estado do Amapá concentra 0,41% da população do país e 0,31% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando negativamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 877.613, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 464.828 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Amapá recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 250.591.176 (0,16% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 92.298.701 (0,09% do total nacional).



## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado do Tocantins registrou um crescimento demográfico de 13,38% no período 2012/2021, passando de 1.417.694 habitantes para 1.607.363 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 diminuiu 4,42%, passando de 563.930 habitantes em 2012 para 540.046 habitantes em 2021. Esta redução de 23.884 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação diminuísse de 39,78% em 2012 para 33,60% em 2021, representando um decréscimo da ordem de 6,18 pontos percentuais no período.

O Estado do Tocantins concentra 0,75% da população do país e 0,71% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 1.607.363, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 1.067.317 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Tocantins recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 883.956.270 (0,56% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 330.300.513 (0,33% do total nacional).

### ***Região Centro-oeste***

O Estado do Mato Grosso do Sul registrou um crescimento demográfico de 13,34% no período 2012/2021, passando de 2.505.088 habitantes para 2.839.188 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 25,37%, o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 476.129 habitantes em 2012 para 596.945 habitantes em 2021. Este acréscimo de 120.816 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 19,01% em 2012 para 21,03% em 2021, representando um aumento da ordem de 2,02 pontos percentuais no período.

O Estado do Mato Grosso do Sul concentra 1,33% da população do país e 1,49% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 2.839.188, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.242.243 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Mato Grosso do Sul recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 3.101.901.850 (1,98% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 982.547.045 (0,98% do total nacional).

## OBSERVATÓRIO DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

---

O Estado do Mato Grosso registrou um crescimento demográfico de 14,51% no período 2012/2021, passando de 3.115.336 habitantes para 3.567.234 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 20,57%, uma vez e meia o crescimento relativo da população estadual, passando de 600.891 habitantes em 2012 para 724.496 habitantes em 2021. Este acréscimo de 123.605 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 19,29% em 2012 para 20,31% em 2021, representando um aumento da ordem de 1,02 ponto percentual no período.

O Estado do Mato Grosso concentra 1,67% da população do país e 1,89% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 3.567.234, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.842.738 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado do Mato Grosso recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 4.508.904.953 (2,88% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.359.555.460 (1,36% do total nacional).

O Estado de Goiás registrou um crescimento demográfico de 17,09% no período 2012/2021, passando de 6.154.996 habitantes para 7.206.589 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 35,25%, o dobro do crescimento relativo da população estadual, passando de 1.193.857 habitantes em 2012 para 1.614.734 habitantes em 2021. Este acréscimo de 420.877 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 19,40% em 2012 para 22,41% em 2021, representando um aumento da ordem de 3,01 pontos percentuais no período.

O Estado de Goiás concentra 3,38% da população do país e 3,73% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 7.206.589, habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 5.591.855 habitantes.

Vale registrar que o conjunto de Municípios do Estado de Goiás recebeu como transferência do ICMS em 2021, R\$ 5.271.194.658 (3,35% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 1.885.008.582 (1,88% do total nacional).

O Distrito Federal registrou um crescimento demográfico de 16,83% no período 2012/2021, passando de 2.648.532 habitantes para 3.094.325 habitantes. Os dados apurados pela PNAD registraram que o número de famílias com renda per capita abaixo de R\$ 497 cresceu 22,35%, quase uma vez e meia o crescimento relativo da população estadual, passando de 396.485 habitantes em 2012 para 485.809 habitantes em 2021. Este acréscimo de 89.324 pessoas em situação de vulnerabilidade fez com que o percentual de pessoas nesta situação crescesse de 14,97% em 2012 para 15,70% em 2021, representando um aumento da ordem de 0,73 ponto percentual no período.

O Distrito Federal concentra 1,45% da população do país e 1,74% da população com maior capacidade de consumo de bens e serviços, afetando positivamente o critério locacional da tributação do IBS. Frente a uma população de 3.094.325 habitantes, aqueles com maior capacidade de consumo são 2.608.516 habitantes.

Vale registrar que o Distrito Federal arrecadou de ICMS em 2021, R\$ 2.445.383.114 (1,56% do total nacional) e arrecadou através do ISS o montante de R\$ 2.220.540.512 (2,21% do total nacional).

### **Conclusão**

Os dados levantados através da Pnad mostram que existe uma nítida diferença na distribuição da renda familiar entre as regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, que concentram 64,10% da população do país e 73,41% da capacidade de consumo, em oposição às regiões Nordeste e Norte, que concentram 35,90% da população e 26,59% da capacidade de consumo.

Considerando-se que as famílias de menor renda tendem a ser mais numerosas, existe grande probabilidade que os números sejam mais favoráveis ainda para as regiões de maior capacidade de consumo e, por via de consequência, menos favoráveis para as de menor capacidade de consumo.

Em relação aos eventuais impactos da proposta de reforma tributária de incidência do IBS no destino e não mais na origem, o sinalizador das desigualdades pode ser medido pelas arrecadação do ISS, tributo municipal de incidência no destino, em que as regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste concentram 85,68% da arrecadação, contra apenas 14,32% nas regiões Nordeste e Norte.

Se os produtos da cesta básica forem isentos de tributação, as desigualdades na arrecadação do IBS serão mais flagrantes, aproximando-se dos números do ISS.

### Referências Bibliográficas

- BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finbra2021**. Brasília, 2022. (meio eletrônico).
- BREMAEKER, François E. J. de Bremaeker. **As finanças municipais em 2021**. Observatório de Informações Municipais. Maricá, 2022. 15p.
- . **O ISS e a reforma tributária**. Observatório de Informações Municipais. Maricá, 2023. 45p.
- . **Os Municípios frente às mudanças no ICMS**. Observatório de Informações Municipais. Maricá, 2023. 32p.
- . **Simulação dos possíveis efeitos financeiros sobre os Municípios das mudanças nas regras de repartição da transferência do ICMS segundo a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019 para a reforma tributária**. Observatório de Informações Municipais. Maricá, 2023. 154p.
- CAMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda à :Constituição nº 45/2019**. Brasília, 63p.
- CARRO, Rodrigo. **Frente de prefeitos aceitaria fim do IPI mas é contra reforma tributária baseada na PEC 45**. Valor Econômico, 16/01/2023.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. FGV Social / Centro de Políticas Sociais, a partir dos microdados da PNADC / IBGE. Renda efetiva 2021. (meio eletrônico).
- GRANER, Fabio. **Aickmin demonstra força política com a retirada do IPI de pacote fiscal**. Jotainfo/opinião e análise, 17/01/2023.
- UOL. **Comentada por Haddad, 'extinção' do IPI causa apreensão em políticos do Amazonas nas redes sociais**. Cultura.uol.com.br. 17/01/2023.

### François E. J de Bremaeker

- Economista e Geógrafo
- Gestor do Observatório de Informações Municipais, desde 2008
- Membro do Núcleo de Estudos Urbanos do Conselho de Política Urbana da Associação Comercial de São Paulo
- Foi membro do Conselho Municipal do Ambiente de Paraíba do Sul (RJ), desde 2010, sendo eleito Presidente entre 2012 e 2019
- Foi assessor técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal por 38 anos, de 1971 a 2008 (aposentado), exercendo as funções de pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas Urbanas; de gestor do Banco de Dados Municipais (IBAMCO); e coordenador de Articulação Político-Institucional do IBAM
- Foi consultor da Associação Transparência Municipal de agosto de 2008 a outubro de 2013
- Consultor da Associação Brasileira de Câmaras Municipais (ABRACAM)
- Consultor da Associação Brasileira de Prefeituras (ABRAP)
- Consultor-palestrante da Oficina Municipal
- Sócio-Benemérito da Associação Brasileira de Câmaras Municipais, recebendo os prêmios de DESTAQUE ABRASCAM em 2002 pelo trabalho em prol dos legislativos municipais e em 2003, pelo trabalho desenvolvido em defesa do Serviço Público Municipal
- É colunista da Revista Painel de Compras Municipais
- Foi articulista da Revista Correio dos Estados e Municípios
- Foi articulista do Jornal do Interior, da União dos Vereadores do Estado de São Paulo (UVESP)
- Tem artigos publicados em diversos veículos de comunicação e sítios na Internet
- Foi membro da Rede de Diálogo do Observatório da Equidade do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República (CDES-PR), representando a Associação Transparência Municipal
- Participou em reunião do Fórum sobre Federalismo do Comitê de Articulação Federativa da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (CAF/SRI-PR)
- Foi membro do extinto Conselho de Desenvolvimento das Cidades da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de São Paulo (FECOMERCIO-SP) e jurado do 2º Prêmio de Sustentabilidade
- Foi Membro do Conselho de Desenvolvimento Territorial de Paraíba do Sul (RJ) de 2010 a 2012, quando o Conselho foi desativado
- Foi Conselheiro-suplente do Fórum de Consórcios e do Federalismo da Frente Nacional dos Prefeitos (FNP), representando a Associação Transparência Municipal